



CUIDADO À GESTAÇÃO E ABORTAMENTO DE MULHERES RURAIS NA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE NA REGIÃO DO MACIÇO DO BATURITÉ

Maria Kailane Nogueira Lima¹
Nathalia Diorgenes Ferreira Lima²

RESUMO

A pesquisa aqui apresentada é parte da pesquisa “Justiça reprodutiva e racismo no âmbito da atenção básica à saúde em municípios de pequeno porte: cuidado à gestação e ao abortamento na Região do Maciço do Baturité”. O plano de trabalho intitulado “Atenção à gestação com desfecho de parto ou abortamento de pessoas rurais no âmbito da atenção primária à saúde em municípios de pequeno porte na Região do Maciço do Baturité” tem como objetivo analisar de que maneira o cuidado à gestação, considerando os desfechos de parto e de abortamento, é realizado. Para fundamentar a análise utilizamos o conceito de interseccionalidade como uma perspectiva analítica que busca compreender como diferentes categorias sociais, a saber, raça, classe, gênero e território se articulam e influenciam e produzem desigualdades mutuamente. Essa abordagem teórica e metodológica permite evidenciar que opressões e privilégios não atuam de forma isolada, mas de maneira interdependente. Desse modo, analisando as dificuldades relacionadas ao acesso, às condições territoriais e aos estigmas sociais que se entrelaçam, limitando a efetivação dos direitos reprodutivos e o alcance da justiça reprodutiva de forma equitativa na zona rural. Nesse sentido, a pesquisa utilizou metodologia qualitativa, com duas etapas, a primeira foi realizado um levantamento bibliográfico, dos últimos cinco anos, utilizando os descritores “aborto em contextos rurais”, “gestação em contextos rurais” e “Atenção primária em contextos rurais”, resultando em oito artigos referente ao objetivo da pesquisa. Os resultados dessa etapa da pesquisa foram aprovados para apresentação no V ENPAA- Encontro Nacional de Pesquisa e Ativismo sobre Aborto. Na segunda etapa, desenvolvemos entrevistas semiestruturadas com profissionais de saúde atuantes em unidades básicas de saúde (UBS) localizadas tanto na zona urbana como na zona rural, totalizando 16 entrevistados. Os resultados principais apontam para um cenário tecnicista e de desconhecimento dos direitos sexuais e direitos reprodutivos na Atenção Primária à Saúde. No âmbito da gestação com desfecho de parto, os profissionais demonstram desinformação a respeito dos protocolos e fluxos de atendimento ao pré-natal, além de não atentarem para a equidade em saúde como fundamental na identificação das demandas particulares de mulheres gestantes negras e rurais. No que tange à gestação com desfecho de aborto, tanto os profissionais como a coordenação das UBS desconhecem os permissivos legais do aborto no Brasil e não ofertam as informações necessárias às mulheres. Esse primeiro resultado se articula diretamente com as percepções moralizantes e criminalizantes sobre a prática social do aborto por parte dos profissionais de saúde, que esvaziam a gestação do seu caráter social atravessado por relações racistas e patriarcais. A pesquisa aponta para a necessidade de educação permanente em saúde para os profissionais no que diz respeito à justiça reprodutiva. Agradeço à Unilab e ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica pela oportunidade e pelo aprendizado.

Palavras-chave: Justiça Reprodutiva; Mulheres; Saúde; Atenção Primária.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Ceará, Discente, limak9394@gmail.com¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Ceará, Docente, nathaliadiorgenes@unilab.edu.br²